

A fatura do erro

8 ABR 1997

Nem sempre paga-se o erro à vista. A conta, às vezes, demora. Mas, não falha. É esperar, que está a caminho. Um dia chega, acrescida dos juros de mora e da correção monetária.

A fatura de equívocos acumulados acaba de bater à porta do gabinete do presidente Fernando Henrique Cardoso. Com todas as parcelas da usura. Azedando a comemoração de vitórias enganosas, repondo o bom senso na reavaliação das tolices.

Reconheça-se: não era fácil ceder aos conselhos minoritários dos que insistiam na organização da agenda política, seguindo os critérios da experiência no escalonamento das prioridades: primeiro, as reformas dos compromissos de campanha; no fim, a reeleição, depois da maturação que desfizesse resistências para sua aceitação como a saída natural.

Inverteu-se a ordem. E foi o que se sabe e não se esquece: após seis meses iniciais de êxitos em série na aprovação do primeiro pacote das emendas constitucionais — que ainda não apresentaram resultados perceptíveis a olho nu —, o governo atirou-se de alma, corpo e em tempo integral a arrancar do Congresso a aprovação da emenda da reeleição. Durante ano e meio não se cuidou de outra coisa. Afinal, o presidente pôde cantar vitória, com a aprovação pela Câmara, e por larga margem nos dois turnos, do supremo objetivo político do governo.

Na zonzeira da euforia não se enxergou a outra face da moeda. Não sobrou espaço nem humildade para o balanço do lado negativo. Absoluto, invicto e invencível, Fernando Henrique era o senhor da popularidade ascendente nas pesquisas de janeiro e da submissa maioria parlamentar. Dali por diante, desobstruída a estrada, a marcha desfilaria entre aplausos até a consagração certa nas urnas de 98. Nada lhe seria negado pelo Congresso, cativo às conveniências eleitorais de desfilar no curso do sucesso.

Não foi bem assim. Dezoito meses de campanha, de obsessiva caça ao voto deixaram a marca de dissimulada visibilidade na liderança presidencial. Multiplicaram-se cobranças no inchaço das expectativas. Como duvidar que o presidente só não aprovaria o que não quisesse?

Acontece que as reformas não andaram, empacadas em resistências molengas, que barganham vantagens. Ou enroscadas nos interesses de grupos, na intocabilidade de privilégios.

A massa dos descontentamentos, das divergências internas, das vaidades atritadas, embaraça os passos do governo.

Enfim, a crise. Soando advertências nos muitos sinais, afinal claros, repetidos na variedade dos avisos.

Na Câmara, a docilidade do verão virou o azedume de inverno. A reforma administrativa bateu de frente no monturo da imoralíssima rejeição da bancada dos aposentados ao teto salarial. Ansioso por fechar acordo, Fernando Henrique escorrega e autoriza a negociação da fórmula que preservava as exceções. Para, no dia seguinte, reconciliar-se com a ética. Deixando o abacaxi nas mãos dos seus líderes desavindos.

Qualquer que seja o resultado do encontro desta tarde com as lideranças dos sem-terra, o presidente não resgatará o prejuízo do tempo desperdiçado. A meia-sola conveniente das promessas de acelerar as desapropriações e assentar o maior número possível de famílias não esconde o rombo: o governo cede sob pressão. Deixou escapar a liderança por entre dedos hesitantes.

Para fechar a lista do caiporismo, a queda de esfolar joelho na pesquisa, ontem divulgada pelo **JORNAL DO BRASIL**. A decantada popularidade do presidente, escorada no Real, levou um trambolhão medido por números terríveis: de janeiro e março, os índices registram baixa de 53% da aprovação dos fluminenses para modestos 37%.

Não é o desastre sem volta. Mas, o tempo útil para a virada vai ficando perigosamente reduzido. Um ano, e olhe lá, para Fernando Henrique dar o recado. Que não soube ou não pôde dar em dois anos e quatro meses de muitas promessas e poucos resultados.